

30 SET 1988

O homem e o mito AMC #A3

LAWRENCE PIH **FOLHA DE SÃO PAULO**

A nova Carta Magna traz, na sua trajetória, episódios que revelam, intimamente e com nitidez, as características intrínsecas do perfil dos principais personagens deste enredo e que, sobre a égide da Constituição a ser promulgada no próximo dia 5 de outubro, poderão vir a ter a imensa responsabilidade de trilhar o destino do nosso país a partir de 1990. Assim, torna-se necessário realizar uma análise mais aprofundada do teor da nova Carta, dos seus avanços e, principalmente, de duas das principais figuras da Assembleia Nacional Constituinte, a do seu presidente o deputado Ulysses Guimarães e a do senador Mário Covas.

O primeiro episódio que efetivamente mudou a feição da Assembleia Nacional Constituinte, foi a eleição do senador Mário Covas para o desempenho do papel de líder do partido majoritário na Constituinte. Não estava previsto, nos planos estratégicos da oligarquia peemedebista a inclusão do senador — que teve uma esmagadora consagração de 8 milhões de votos, a maior na história do país, para um único homem público — pois seu destaque não interessava aos “poiristas” (participantes do grupo do “poire”) que já previam o provável embate político no futuro. Com a eleição do senador à liderança, permitindo-lhe uma criteriosa e judiciosa escolha dos membros da Comissão de Sistematização, fundaram-se as bases para a formulação de um projeto de Constituição liberal, com forte ênfase nos direitos individuais e coletivos, onde o exercício da cidadania é garantido na sua plenitude, assim como nos aspectos distributivistas

da área social e, por fim, na consolidação definitiva da nossa democracia.

Alguns itens, em especial o mandado de injunção, o habeas-data, o mandado de segurança coletivo, o fim da censura, a inafiançabilidade e imprescritibilidade de crimes de tortura, merecem destaque por assegurar os direitos individuais e coletivos. Nestes dispositivos está contido o embrião de uma democracia duradoura. Acoplado aos direitos da pessoa está o fortalecimento do Legislativo, instrumental para uma redivisão mais equitativa do poder, antes centralizado no Executivo e, por último, os importantes avanços sociais dos direitos do trabalhador, onde o espírito da nova Carta é propiciar o início de um processo distributivo da renda nacional. Todos estes aspectos, altamente positivos, só foram possíveis a partir do projeto da Comissão de Sistematização e apesar da mudança do regimento interno, articulada com in-comum eficiência pelo Centrão, consolidou-se, no primeiro turno, os avanços conquistados pelo trabalho da Comissão de Sistematização, virtualmente ratificados na sua totalidade, no segundo turno. O arquiteto maior dos capítulos mais positivos desta Carta Magna foi, sem dúvida, o senador Mário Covas. A magnitude desta tarefa não deve ser subestimada, pois ficou evidente que quando o eixo “Planalto-Centrão” buscou com obsessão um objetivo, como o de outorgar a Sarney um quinto ano de mandato contra a vontade de 86% da população brasileira, só logrou êxito com a tática do “é dando que se recebe”. A omissão do deputado Ulysses Guimarães, ao optar pela

questionável dubiedade de manter a neutralidade, no exato momento em que poderia ter movido o pêndulo para o lado da nação, não pode ser menosprezada. Assumiu o deputado, com este gesto, o ônus do desgoverno dos 365 dias de 1989. Também será debitado ao “senhor Constituinte” o turno único para as eleições às Prefeituras em todo o país, em mais uma manobra de postura ética duvidosa. E mais recentemente, a postergação da promulgação da nova Carta, para permitir o acerto do desastroso acordo com a comunidade financeira internacional, na renegociação da nossa dívida externa. Assim, acumulando, um acervo, nada desprezível, de atos questionáveis iniciará o deputado uma peregrinação nacional na esperança de projetar uma identificação absoluta entre a obra e, na melhor das hipóteses, o gráfico, mas nunca o autor.

Naturalmente, se o deputado for feliz nesta empreitada, tomará forma a sua aspiração maior que não é a Academia Brasileira de Letras. Até que este último reduto seria um lugar adequado e merecido para o repouso do guerreiro, que em determinados momentos, prestou relevantes serviços à nação. Todavia, a natureza humana nem sempre se coaduna com o que é lógico ou sensato, prevalece a lógica própria: a obstinação. Neste caminho, as concessões são inevitáveis e permearão o “ser” descaracterizando-o, ou melhor, o que ainda resta a descaracterizar do já tão desfigurado PMDB, o outrora “MDB da esperança”. Aliás, todo o processo de condução na elaboração da nova Carta foi direcionado a esta aspira-

ção maior, sendo que nos momentos decisivos, o pragmatismo político falou mais alto e abafou os incon-fundíveis gritos de alerta da nação. Priorizou-se o projeto político pessoal, onde prevalece o domínio do “e go”, a que elemento que quando desenvolvido em excesso, destitui o “ser” da grandeza e do altruísmo que caracteriza um verdadeiro estadista.

Assim, o aparente paradoxo do convívio, até certo modo confortável, do deputado Ulysses Guimarães com os governadores Newton Cardoso e Orlando Quéricia é perfeitamente compreensível. Na realidade, assimilam o mesmo “modus operandi” do passado, diferentemente do que se propõe o senador Mário Covas e outras lideranças do PSDB. Sem desmerecer o deputado e os governadores — pois não foi de forma fortuita que estes três homens públicos atingiram posições de destaque no quadro político nacional e não é por acidente que o presidente Sarney em bons olhos a aspiração maior do deputado — há necessidade de renovar o país com uma nova linha de conduta, na qual a dubiedade e o elitismo não possam mais ter lugar. Que os destinos que vivem em São Paulo e Minas Gerais fiquem ainda circunscritos e não sejam ampliados por ação. Esperamos que o deputado Ulysses não venha a emular o melancólico destino do sr. Rogé Ferreria. As considerações aqui inseridas não são de um iconoclasta. Apenas é necessário distinguir a realidade do mito.

LAWRENCE PIH, 44, mestre em Filosofia pela Universidade de Massachusetts (EUA), é empresário, diretor-superintendente do Grupo Moimho Pacífico e integrante do PSDB-SP.